

## A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E O PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT: UM DEBATE OU UM COMBATE?

*SAADI TOSI, Lamia Jorge<sup>1</sup>*

**Resumo:** Esse artigo tem como objetivo problematizar uma espécie de naturalização contemporânea da violência. Ao tratar o tema, busca evidenciar a violência como um dos aspectos mais salientes da vida que, em nossos dias, se manifesta como instrumento ou como ação – em níveis e esferas variadas da convivência. Se o mundo muda permeado por ações violentas, as ações violentas tornam o mundo mais violento, notadamente quando os meios violentos se tornam indispensáveis para a manutenção de negócios e garantia de poder. Os aspectos da violência aqui tratados têm como fio condutor o pensamento de Hannah Arendt e perpassam a escola, os conflitos de gênero, a Primavera Árabe entre outros movimentos sociopolíticos que reclamam o vigor dessa contribuição. Sobretudo, quando ela adverte da possibilidade de revivescência de totalitarismos, da banalização da maldade e radicalização de males sociais que podem ser minimizados pelas “Revoluções Arendtianas” em favor da dignidade humana sem dominação e com empoderamento.

**Palavras-chave:** Hannah Arendt. Violência; Gênero; Escola; Empoderamento.

**Abstract:** This article seeks to problematize a kind of contemporary naturalization of violence. In dealing with the theme, this text seeks to highlight violence as one of the most salient aspects of life that, in our day, manifests as an instrument or as an action - at varying levels and spheres of coexistence. If the world changes by violent actions, they change it to a more violent world, especially when violent means become indispensable for the maintenance of business and guarantee of being in power. The aspects of violence discussed here have Hannah Arendt's thinking as its guiding principle: school, gender conflicts, the Arab Spring, among other sociopolitical movements that claim the force of this contribution, especially when she warns about the possibility of violence. Revival of totalitarianism, banalization of evil and radicalization of social evils that can be minimized by the "Arendtian Revolutions" in favor of human dignity without domination and with empowerment

**Keywords:** Hannah Arendt; Violence; Genre; School; Empowerment.

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFC /UNESP - Marília. Mestre em História pela UNESP- Campus de Franca. Email: lamiajorgesaadi@yahoo.com.br

<https://doi.org/10.36311/1983-2192.2018.v19n19.08.p131>

## Introdução

Seria o homem contemporâneo um servo da maldade?

Muitos pensadores de várias cepas do saber já trataram da maldade humana, e é quase impossível deixar de lidar com o assunto sem passar pelo campo da ética política e da filosofia moral. Correremos nesse artigo o risco de problematizar esses campos do saber pela ótica da invasão da violência nas mais diversas formas de convivência.

Sabemos que a violência perpassa a história da humanidade desde os seus primórdios e, desde a antiguidade, vários pensadores se debruçaram sobre o assunto buscando explicação para o seu surgimento, na tentativa de entender a manifestação de várias formas de violência experimentadas pelo gênero humano em contextos múltiplos.

Hannah Arendt é a autora contemporânea responsável por severas críticas aos pensadores que defenderam a violência como arma revolucionária, ou como mola construtora de regimes políticos. Para ela, a violência destrói qualquer poder, não cria poder, mas deixa o mundo mais violento. Isso significa que, se se compreende a humanidade e suas formas civilizadas de vida como resultado da violência, não seria negar o papel da sociedade em prover a sobrevivência humana?

Dessa forma, procuramos tratar diferentes manifestações de violência no posicionamento de atores diversos em nosso próprio ambiente de convivência, bem como sua dinâmica imprevisível, que nos permitiu refletir sobre a violência em dois planos sociais: violência escolar e violência contra a mulher. Adicionaremos ao nosso quadro um contexto político recente que nos traz mais indagações do que soluções.

O ambiente escolar e o gênero feminino são planos de reflexão distintos, mas neles, embora haja sobreposições e influências recíprocas, o traço destacado da violência parece comum. De outro ponto de vista, a Primavera Árabe nos coloca frente a um mundo de dúvidas quanto à possibilidade dos povos encontrarem seus caminhos sem exhibir um terrível espetáculo no qual a violência se apresenta como o traço saliente das várias partes em litígio.

Seria mesmo o homem o “lobo do próprio homem”? Essa frase desconcertante estaria a nos revelar que uma suposta ordem só é possível de ser estabelecida frente ao medo que nutrimos uns pelos outros, apesar de sermos conduzidos a nos perceber como abstratamente iguais e até como semelhantes?

Seria exatamente o paradoxo dessa concepção de ordem que, a um só tempo, produz os meios de violência e os justifica como tendo a finalidade de preservar nossa liberdade e de conduzir a uma sociedade mais igual e justa que estaria a esvaziar o sentido do que se poderia entender por governo.

Depois da Revolução Francesa e dos movimentos de independência que nos instruíram sobre a violência chamada revolucionária, o século XX foi por muitos estudiosos chamado de o Século da Violência. Duas Guerras Mundiais permearam vasta porção do mundo dito civilizado, espalhando horror e temor. O holocausto chocou a todos, duas bombas nucleares seguem como um fantasma que nos acompanha. Os totalitarismos se instalaram principalmente nas nações do oriente. O Oriente Médio tornou-se palco de conflitos e de mortes que se arrastam como um problema sem solução ao alcance da vista. A África convive com guerras tribais que marcaram seus Estados como sendo resultado de guerras civis.

A Europa, berço da modernidade ocidental e fonte de interpretação das instituições que conhecemos, vive assombrada pela sua proximidade com fronteiras dessas regiões em litígios.

O mundo, em todo o século XX, se espantou com a barbárie dos muitos genocídios. Genocídio de armênios na Turquia, de não alinhados na Coreia, Vietnã e Camboja e, não menos importantes, genocídios étnicos na Bósnia e na África precedem e sucedem o Holocausto como se fossem sombras de uma dimensão humana que teima em não ver superação.

O tão esperado século XXI trazia novas esperanças e desejos de paz, mas a violência que se assentou sobre ele não foi diferente, pois o mundo desse século começou violento. O Onze de Setembro de 2001 espalhou medo e terror, as facções terroristas; as ações antiterror, que atingiram predominantemente os muçulmanos e, mais recentemente a Primavera Árabe, podem ser pensados como episódios de violência mediados por assuntos de Estado. Entretanto, a violência nos lares, o bullying nas escolas e as mortes dentro delas, as várias modalidades de tráfico

mundo afora e, não menos importante, a violência no trânsito das principais cidades do mundo são alguns poucos exemplos da violência deteriorando as relações entre as pessoas.

Refletindo sobre esse tema deslizamos o nosso pensamento para os mitos da antiga Grécia como que se estivéssemos nos colocando frente aos olhos de Górgona - a serva da maldade - e pensamos que a violência não tem fronteiras, nem limites e nem razão de ser.

Seria mesmo a violência entendida como oposição à paz ou ao bem?

A violência existe e, muitas vezes, nos torna incapazes de compreendê-la, pois ela é o oposto da paz e do bem, seu impacto é devastador, impiedoso e implacável. Sua rudeza nos conduz a um único caminho: ao caminho da morte e a morte é a ausência total da capacidade de refletir sobre qualquer coisa que seja.

Podemos também afirmar que a violência se instala quando o poder é frágil, como nos ensina Hannah Arendt em seus escritos, e eles são fundamentais para entendermos os tempos atuais dilacerados por guerras, preconceitos, tiranias e regimes totalitários, pela sociedade de massas e por crimes contra a vida.

E é pensando na filosofia política de Hannah Arendt e nos escritos de Platão que podemos entender que o mal não é real, ele se instala onde se encontra ausência do bem.

### **A escola, lugar pródigo da violência.**

A escola tornou-se um lugar de manifestações de violência. Longe de ser um tema restrito aos seus muros e entornos, dentro dela os problemas de relacionamento ocorrem, as diferenças de classes e grupos sociais, biotipos físicos ou estilos de vida dão origem a comportamentos diferentes e aí se instalam as mais exacerbadas formas de intolerância que conduzem à violência.

Nos dias atuais a mídia tem dado grande destaque às questões da violência escolar e:

A temática da violência nas escolas constitui ponto de confluência de processos sócio-políticos, econômicos e culturais. A compreensão do fenômeno requer atenção tanto a aspectos externos às instituições de ensino (variáveis exógenas), como as

questões de gênero, as relações raciais, as situações familiares, a influência das mídias e o espaço social das escolas; quanto a aspectos internos (variáveis endógenas) como a idade, o nível de escolaridade dos estudantes, as regras, disciplina e o sistema de punições expressos no projeto político pedagógico e o comportamento do corpo docente em relação aos alunos e à prática educacional (ABRAMOVAY & RUA, 2002, p. 68).

A violência se instala nos espaços escolares, muitas vezes, devido à falta de respeito a padrões de alteridade (alguns se achando com mais poder que outros), onde não se constrói relações de confiança e de prazer pela busca do conhecimento. Alguns alunos e, até mesmo professores, entendendo que a escola não é seu lugar de pertença, sentem-se no direito de destruir o prédio escolar e mobiliário, desrespeitar regras e conceitos. Entendem que a escola é o *locus* de prazeres sensoriais, de festas e onde alguns professores se colocam em posição de igualdade com seus alunos e aí o conflito se manifesta, o diálogo dotado de sentido não é praticado, a ética não existe e a violência se estabelece e se banaliza. Tudo tem de ser permitido, é proibido proibir.

É necessário que a escola, por meio de seus atores, repense atitudes e comportamentos, que ela se reconstrua como espaço democrático, mas que a hierarquia, o conhecimento e a cultura da paz sejam colocados com seriedade, responsabilidade e compromisso; que projetos de aprendizagens sejam implementados e entendidos como imprescindíveis.

### **A escola e o pensamento de Hannah Arendt**

Hannah Arendt e seu pensamento filosófico têm grande relevância para compreendermos o mundo do Pós-Guerra. Seus estudos traçam linhas da sociedade e da política desde a antiguidade como esforço de esclarecimento de questões vividas ao seu tempo e como ânsia de responder perguntas que muitas vezes sequer foram formuladas adequadamente.

Sua obra é fundamental para entendermos nossos dias dilacerados por guerras, nacionalismos, fundamentalismos e demais formas de violência com as quais nos deparamos em nosso cotidiano e que, mesmo não participando diretamente do meio em que elas ocorrem, estão disseminadas tanto no trânsito do

qual dependemos para nos locomover, como nos esportes que deveriam ter um conteúdo de entretenimento.

Para a autora é preciso agir e, assim, ela nos leva ao conceito de *vita activa*, onde a ação é a coluna central do trabalho, do labor e do agir para começar. Agir para Arendt significa iniciar, tomar iniciativa, começar.

Hannah Arendt nos leva a compreender que é por meio das palavras e das ações que as experiências humanas ganham sentido. É o sentido que torna possível aos homens construir a vida e a sua atuação no mundo dos humanos. Dessa forma, Arendt, ao refletir sobre as causas da violência, nos ensina que: “a diminuição do poder, seja individual, coletivo ou institucional é sempre um fator que pode levar à violência [...] muito da presente glorificação da violência é causada pela severa frustração da faculdade de ação do mundo moderno” (ARENDR, 2009, p.62).

Segundo Arendt, a burocratização da vida pública, os governos com excesso de administração, o declínio dos serviços e instituições públicas, o mundo dos negócios e o conformismo tem desconstruído as estruturas do poder e a ação humana tem se banalizado.

Para Arendt a violência se instala onde não existe poder e ela entende poder da seguinte maneira:

Poder como a habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto grupo se conserva unido. Quando podemos dizer que alguém está ‘no poder’ na realidade nos referimos ao fato que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome [...] sem um povo ou grupo não há poder (ARENDR, 2009, p.60-61).

Seguindo ainda o pensamento arendtiano, a violência tem caráter instrumental e a dominação e a obediência são construídas pela coerção, dessa forma, o domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido (ARENDR, 2009, p.63).

Para ela, onde o poder se encolhe a violência se instala. Refletindo sobre a relação entre poder e violência, Arendt deixa claro que o conceito de autoridade é fundamental não apenas nas relações humanas, mas é imprescindível nas

instituições, não importando que essa autoridade seja representada por pessoas ou pelos cargos.

“Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo. O maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo e o mais seguro meio para miná-la é a risada” (ARENDRT, 2009, p.62). Onde a autoridade está assentada no respeito, nem a coerção, nem a persuasão se fazem necessárias. Levando o pensamento arendtiano para a realidade das escolas podemos entender que as relações escolares estão longe de vislumbrarem a dimensão de seu pensamento.

O sistema educacional é resultado de reformas educacionais muitas vezes pouco entendidas pelas pessoas que atuam nas escolas. O excesso de burocratização, a falta de compromisso com o conhecimento, a banalização de hierarquias apropriadas à liderança, o despreparo para com a formação educacional e, acima de tudo, o mau entendimento da descentralização de ações minam o êxito das políticas educacionais esvaziando-as do poder necessário ao cumprimento das metas estabelecidas.

A teoria de Arendt nos aponta para repensar o contexto escolar e a finalidade do ato de educar, que deveria inserir os alunos no mundo do conhecimento, da cultura e das tradições.

Para a autora o ato educativo deveria ser:

Um ato educativo conservador [...] Educar é apresentar o mundo às novas gerações. Em face da criança, é como se ele (o professor, o educador) fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: Isso é o nosso mundo (ARENDRT, 1992, p. 239).

Assim, para Arendt, cabe às gerações adultas respeitarem o passado, a tradição, a cultura e protegerem as novas gerações do mundo, bem como o mundo das novas gerações.

A relação entre professores e alunos deve ser pautada pela ética e pela autoridade, dessa forma: “A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca dele, porém, sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por esse mundo” (ARENDRT, 1992, p. 239-240).

Ademais, a escola com suas regras, normas, punições e formas sub-reptícias de exclusão daqueles que, eventualmente, são considerados inaptos, apresenta um emaranhado de elementos típicos de relações de poder em frangalhos e ingredientes próprios para que a violência se instale. No dizer de Arendt: o “um contra todos e todos contra um” (ARENDR, 2009, p.59) revela a face medonha de uma situação em que a lei perde sentido.

É preciso que a instituição escolar (re)pense seu espaço de ação, seu discurso, suas atitudes. Esse espaço deve ser repensado para que sejam asseguradas as ações que permitam o agir coletivo, onde a autoridade seja entendida como produtora de normas eficazes, a gestão seja participativa. Um agir coletivamente construído com base na ética, na moral e na coerência de pensamento poderia mitigar a violência e transformar a ação do agir em algo dotado de sentido compartilhado. Enfim, um agir coletivamente para construção da tão sonhada cultura de paz.

Enquanto esses espaços continuarem a ser uma profusão de vozes desconexas, onde todos falam e ninguém tem razão, a única coisa que nos resta é rir do poder mambembe que se transformou a instituição educacional.

### **A violência contra a mulher: gêneros em conflito**

A violência está muito presente nas relações familiares, sendo o espaço doméstico o *locus* da violência contra o gênero feminino. No entanto, o silêncio, cúmplice da violência, quase sempre reina neste espaço.

A violência contra a mulher, principalmente a praticada em ambiente familiar, se caracteriza por fazer com que os danos físicos, os danos psicológicos e a vida sob o medo possam ser traduzidos como privação da liberdade e perda de autonomia. Hannah Arendt nos ensina que onde a violência se instala não existem relações de entendimento e, na condição de pessoa amedrontada, sob domínio violento, esta tende a se calar; “é a palavra que não revela a imprescindível transparência do espaço público, mas a esconde na opacidade” (LAFER, 2009, p.12).

Em nossa sociedade o espaço da casa é idealizado como o espaço do aconchego das pessoas, lugar de acolhimento, de ternura e de proteção e que muitas vezes se torna espaço de risco, de traumas e até mesmo de morte.

Para muitos a violência só se caracteriza por agressões físicas, mas trata-se, na verdade, de um processo insidioso que se instala na destruição, na quebra de bens, nas ofensas, nos adjetivos qualificados, nas humilhações, no desprezo e nas agressões por palavras. Existem diversos tipos de violência. A violência sexual é sempre frequente e acontece quando uma relação sexual é realizada sem o consentimento ou vontade da mulher, no caso de alguma doença em que o ato sexual pode colocar a sua vida em risco e, até mesmo, quando há crítica sobre o seu desempenho sexual. Outro tipo de violência comum são os gestos, atitudes obscenas, humilhantes, estupro (que a partir de 2010 deixou de ser apenas a penetração vaginal com violência, abrangendo todo ato não permitido ou desejado como um beijo, um abraço, um roçar de pernas etc.) e o assédio sexual.

A violência física e emocional vem sempre acompanhada de agressões, humilhações, espancamentos e alcança situações de morte. Mas a violência contra a mulher não para por aí. A violência psicológica mina a autoestima, destrói a personalidade e se manifesta por meio de piadas de mau gosto sobre suas atitudes, comportamentos, trabalho e até sobre o seu corpo, ofensas morais dirigidas também a sua família, humilhação, desonra e críticas de ser e de se colocar.

Segundo Chauí, a violência contra a mulher é consequência de:

Uma ideologia que define a condição ‘feminina’ como inferior à condição ‘masculina’. As diferenças entre o feminino e o masculino são transformadas em desigualdades hierárquicas através dos discursos masculinos sobre a mulher, os quais incidem especificamente sobre o corpo da mulher (CHAUI, 1985, p.43).

Chauí continua afirmando que: “[a]o considerá-los discursos masculinos, o que queremos notar é que se trata de um discurso que não só fala de ‘fora’ sobre as mulheres, mas sobretudo que se trata de uma fala cuja condição de possibilidade é o ‘silêncio das mulheres’” (CHAUI, 1985, p.43).

As mulheres, quando submetidas simultaneamente ao discurso masculino e ao silêncio, tornam-se sujeitos e cúmplices da violência que vivenciam ou são coagidas a praticarem.

Chauí defende, ainda:

que as mulheres são ‘cúmplices’ da violência que recebem e que praticam, mas sua cumplicidade não se baseia em uma escolha ou vontade, já que a subjetividade feminina é destituída de autonomia. As mulheres são ‘cúmplices’ da violência e contribuem para a reprodução de sua ‘dependência’ porque são instrumentos da dominação masculina (CHAUI, 1985, p. 47-48).

Heleieth Saffioti apresenta uma interpretação que relaciona a dominação masculina a alguns aspectos típicos do sistema capitalista e, nessa linha, assume uma dinâmica própria da dominação de classes sociais. Para o caso de sociedades subdesenvolvidas e atrasadas, a dominação masculina contém elementos típicos das sociedades coloniais. A especificidade da violência contra a mulher nessa perspectiva é agravada pelo patriarcado de conteúdo classista.

Segundo Saffioti:

o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p.50).

Para a autora, o patriarcado capitalismo-racismo traz benesses para:

o homem rico, branco e adulto. A ideologia machista, na qual se sustenta esse sistema, socializa o homem para dominar a mulher e esta para se submeter ao poder ‘do macho’. A violência contra as mulheres resulta da socialização machista, dada a sua formação de macho, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Esta, educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma esse ‘destino’ como natural (SAFFIOTI, 1987, p. 67 e 79).

Saffioti rejeita o pressuposto que as mulheres compactuam com a violência, porque muitas vezes se acham impotentes para se imporem contra ela e, dessa forma, se colocam como vítimas. No quesito violência contra a mulher é preciso analisar e compreender as condições socioeconômicas, a discriminação, o machismo e a forma diferenciada com que a sociedade trata homens e mulheres. Essa violência muitas vezes é gerada na vida cotidiana por agressões em consequência de desvios psicológicos, uso de drogas e alcoolismo.

Em *Cenas e queixas*, a autora Maria Filomena Gregori analisa as contradições entre os discursos e práticas com que falam as feministas sobre a violência no lar e outras violências que vitimizam as mulheres.

Gregori deixa claro que as mulheres não são dominadas pelos homens, ou “vítimas” da violência doméstica: “é preciso considerar que os relacionamentos conjugais são de parceria e que a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa entre seus parceiros” (GREGORI, 1993, p. 26).

Para a autora, a violência não é uma relação de poder, pois acredita que a violência aí pode ser entendida como dominação e, assim, não oferece outra perspectiva que não seja a vitimização da mulher. Dessa forma, para Gregori, a violência no lar é uma forma de mulher e homem se comunicarem e isso se transforma em um perigoso “jogo relacional”, cujo último fim é a luta pelo poder.

Nessa abordagem a mulher se torna vítima e não sujeito, o que muitas vezes pode lhe dar sensação de proteção e poder. Por outro lado, Gregori conclui que o medo é muitas vezes um aliado da cumplicidade ao afirmar: “é o corpo da mulher que sofre maiores danos e é nele que o medo se instala. E, paradoxalmente, é ela que vai se aprisionando ao criar sua própria vitimização” (GREGORI, 1993, p. 27).

O que é necessário entender é o contexto em que ocorre a violência e, assim, Hannah Arendt nos ensina:

a violência é muda, silencia a troca de opiniões e é usada como meios para obter determinados fins [...] a força. O uso da violência é intrinsecamente imprevisível e perigoso, porque jamais garante o resultado adequado (ARENDDT, 1999, p. 177).

Arendt enfatiza a ineficiência da violência ao afirmar que poder não é uma relação de mando e obediência, pois o poder se dá entre pessoas que falam e agem conjuntamente, em harmonia, ensinando-nos que só o agir e a ação são capazes de começar algo verdadeiramente novo.

Dessa forma, pensamos que a superação da violência doméstica envolvendo homens e mulheres, devendo ser entendida não como modalidade de comunicação, de cumplicidade e de medo, mas como ação para pensar e agir de maneira que esses conflitos sejam mediados pela diferença entre o social e o biológico. À partida, todavia, homens devem concordar que: “Uma vez introduzida a violência, dor e

sofrimento espalham-se em níveis que não podem ser enfrentados e controlados” (ARENDDT, 2011, p. 96).

Assim, a lei não pode conferir ao fraco a capacidade de subjugar o forte e sim atenuar progressivamente a tendência do uso da força como fonte de poder entre as pessoas. Essa compreensão não deve se restringir à dimensão codificada da vida, mas deve permear as relações face a face, daí seu conteúdo moral e não apenas formal. Daí o poder e não a violência. Daí a faculdade dos humanos agirem em concerto na busca da justa medida que qualifica o bem.

### A Primavera Árabe

A violência está instalada na sociedade, da escola aos lares e, dos lares e das escolas ao Estado. Os países do mundo árabe, desde a sua formação, foram governados por teocracias, monarquias absolutas e ditaduras militares seguindo cada qual tradições hierárquicas próprias das sociedades tradicionais e, sobretudo, esses governos controlam consideráveis reservas de petróleo.

O contexto no qual surgiu a Primavera Árabe revela concentração de riqueza e falta de emprego como destaca Emerson Santiago em artigo publicado no site InfoEscola navegando e aprendendo:

A expressão Primavera Árabe faz referência a uma série de protestos que ainda ocorrem no chamado ‘mundo árabe’ compreendendo basicamente os países que compartilham a língua árabe e a religião islâmica, apesar de etnicamente diversos. As causas já estavam de certo modo presentes, e o descontentamento em vários países já era latente, pela comum falta de emprego e oportunidades para as gerações mais jovens, além da repressão política e a concentração de poder e riqueza na mão de poucos. [...] Ao contrário do que predominava na mídia ocidental, os envolvidos nos protestos não tinham qualquer influência fundamentalista religiosa, nem haviam absorvido as ideias antiocidental promovidas por grupos terroristas como Al-Qaeda (SANTIAGO, s/d).

Foi pela Internet que se conclamaram as pessoas a iniciarem uma revolta popular contra governos autoritários e, a partir do ano de 2010, ganhou repercussão nos telejornais e na mídia em geral.

Conforme noticiado por Eileen Byrne, por meio do *Middle East & North Africa*, em uma aldeia da Tunísia, na África setentrional, um jovem de nome

Mohamed Bouaiazizi, em 17 de dezembro de 2010, vendia suas frutas, quando um policial confiscou seu carrinho com atos de violência extrema. Envergonhado e abalado por tal episódio, Mohamed ateou fogo em seu próprio corpo e veio a falecer em 4 de janeiro do ano seguinte (BYRNE, 2011, p. 16).

A partir desse episódio revoltas e rebeliões se espalharam pelo mundo árabe. Do Marrocos ao Irã, a luta pela democracia contra os regimes autoritários se tornou uma realidade. Dezenas de milhares de mortos foram computadas na Argélia, Líbia, Egito, Bahein, Iêmen, Síria e Jordânia, cerca de dezoito milhões de jovens que vivem no mundo árabe se debelaram contra seus ditadores em busca de seus direitos civis, políticos e sociais (MEMÓRIA GLOBO).

Para Amal Shazaf, ativista egípcia, esse não é o final, mas o começo de novos tempos. Tunísia e Egito depuseram e condenaram seus déspotas e governantes, mas outro problema foi instalado: como reconstruir o Estado.

Na Síria, Líbia, Iêmen e Bahein a violência está instalada e a pergunta é: como acabar com ela?

Segundo dados da organização estadunidense *Freedom House*<sup>2</sup>, a derrubada do ditador tunisiano Zine Al-Abidme Ben Ali e as subsequentes eleições nacionais livres foi um dos maiores avanços democráticos desde que a organização começou a publicar seu Panorama Anual sobre Direitos Civis e Liberdade em 1972.

O Presidente Zine Al-Abidme Bem Ali renunciou ao poder após vinte e três anos e, em 23 de outubro de 2011, foi eleita a Assembleia Nacional Constituinte. Pela primeira vez o país realiza um processo eleitoral.

Foram justamente as manifestações da Tunísia que inspiraram outras revoltas na região. Ainda, segundo dados da *Freedom House*, na China, as autoridades responderam aos acontecimentos da Praça Tahrir, no Cairo, como uma campanha quase histórica de prisões, detenções com regime de incomunicabilidade, censura à imprensa e maior controle sobre a Internet(O GLOBO).

---

<sup>2</sup>*Freedom House* -site de publicações voltado para defender os direitos humanos e a mudança democrática com foco em direitos políticos e liberdades civis. Atua como catalisador para a liberdade mediante a combinação de análise, advocacia e ação. Disponível em <https://freedomhouse.org/our-work>

O Oriente Médio e o Norte da África viveram dias de terror e algumas nações caminharam para o maior autoritarismo. Podemos dizer que, em 2011, o autoritarismo avançou em recuo à democracia.

O Egito, um dos mais populosos e destacados estados africanos, em 11 de fevereiro de 2011, seu povo assistiu a renúncia de seu presidente Hosni Mubarak que colou fim a trinta anos de ditadura.

Na Síria, a situação não foi muito diferente. Luta por reformas e massacres deixam marcas sangrentas, onde Bashar Al-Assad está no poder há anos e tem promovido grandes ataques contra seus opositores. Mesmo o governo tendo firmado acordo com a Liga Árabe para o término da repressão, pela liberação dos presos políticos e para o início de reformas políticas, os acordos não foram cumpridos. Segundo relatório das Nações Unidas, a Síria vem cometendo crimes contra a humanidade, cujos horrores demorarão ainda algum tempo até que dele tenhamos uma perspectiva mais clara.

Na Líbia, Muammar-al-Gaddafi estava no poder há quarenta e um anos, considerado tirano, foi expulso do palácio, em agosto de 2011, por rebeldes e uma Guerra Civil ali se instaura com sangrentas batalhas à procura da neutralização de seus aliados e de sua captura. Capturado, foi morto em cena que correu o mundo pelos meios de comunicação, colocando o povo livre de seu poder. A violência disseminou-se pelas cidades consideradas estrategicamente mais importantes e o apoio de forças aliadas estrangeiras minou decisivamente o destino de Gaddafi.

O Líbano vive dias difíceis, a coalização majoritária de cristãos na chefia do governo desde a segunda metade da década de 1940, mesmo com processos eleitorais regulares que se mantêm apesar das conturbações provocadas pelo aumento das populações palestinas no país, o regime tem enfrentado limites à manutenção dessa forma de governo. Entre longos períodos de relativa estabilidade e breves períodos em que esses conflitos se tornam agudos, os libaneses não escapam da eclosão de sangrentos combates entre grupos internos e sua posição geográfica os torna mais vulneráveis quando os conflitos entre israelenses e palestinos se exacerbam.

Outro país atingido pela violência é o Iêmen, a nação mais pobre do levante árabe, o ditador Ali Abdullah Saleh governa o país a trinta e três anos e propôs em 23 de novembro de 2011 a sua renúncia e eleições livres.

Na Jordânia, o rei Abdullah II, no final do ano passado, anunciou mudanças e reformas políticas.

No Bahein o rei sunita Hamad Al-Khalifa tem enfrentado seus opositores e a violência tem corrido em grandes proporções.

No mundo árabe, mesmo com eleições diretas e deposição de déspotas, grupos fundamentalistas islâmicos se propagaram e hoje se constituem em verdadeiras milícias para as quais a política é um exercício de força na sua acepção violenta.

O sucesso eleitoral desses grupos partidários religiosos melhora a situação de conflito instalado na região? Isto levaria à democracia? A tirania será banida? Ou a servidão da violência não tenderá a arrefecer em favor de formas mais democráticas de condução dessas nações fazendo-as transitar de regimes autoritários para totalitarismos?

### **Totalitarismos como expressão do “mal radical” em Hannah Arendt**

Para Arendt os governos totalitários buscavam controlar todos os aspectos da existência humana, sua essência é a dominação total dos seres humanos pelo terror. Os crimes perpetrados pelos totalitarismos tinham como ineditismo a ultrapassagem dos limites em que se pode mover a espontaneidade das pessoas e consequentemente resultaram na supressão das formas de liberdade desempenhadas na esfera privada pela imposição do terror.

O “mal radical” é aquele que, praticado pelos totalitarismos, reduz a pessoa humana à condição de supérfluo e a incapacita para a vida social e para a vida política, na medida em que erradica os vários sentidos que a ação humana possa assumir reservando-lhe a superficialidade como posição mais adequada (ARENDDT, 1989, p. 510).

Tirania e totalitarismo diferem entre si quanto à produção de uma ideologia de governo. Enquanto no totalitarismo a ideologia opera a partir da divisão do

mundo em duas forças contrárias e irreduzíveis, nas tiranias a ideologia busca apropriar-se de riquezas de outros povos com a aprovação de seus súditos.

Referirmo-nos à Primavera Árabe, nos leva a um aspecto: a violência na política. A antiga Grécia nos ensinou que a política é a esfera da *polis* e que pressupõe argumentação e discussão de ideias. Hannah Arendt nos ensinou que o poder político se refere ao coletivo, pressupõe relações de consenso e se legitima no consentimento do povo. Para ela, o poder e a violência se opõem. Nas conjunturas políticas em que se recorre sistematicamente à violência para exercer o poder, ação e discurso justificam o emprego de meios violentos. Nesse sentido, a despeito dos discursos de brevidade e transitoriedade da violência, os acontecimentos tomam rumos inesperados, caminhos nunca antes imaginados.

Nos regimes totalitários a desconfiança se generaliza entre as pessoas, de modo que passa a permear vários níveis de relações sociais, desde aquelas que acontecem na esfera pública até as que ocorrem no recôndito das famílias. O temor de abandonar o movimento totalitário e de se desgarrar de sua ideologia é maior quando o cidadão busca se livrar de qualquer suspeita que o identifique com aquilo que é ordenado pelo regime.

Enfim, os governos totalitários podem ser considerados mais perniciosos do que as tiranias, porque neles a supressão dos meios de pensamento, de questionamento e de desafio ao Estado conduzem à paralisia da capacidade de refletir, fazendo com que o discernimento quanto aos meios de prova sobre a veracidade da ideologia totalitária esteja sempre acima de qualquer suspeita.

Na vigência de totalitarismos jamais se pode saber quando surgirá outro nicho de poder burocrático que, desmembrado do anterior, passe a agir em nome do regime. Sendo assim, o totalitarismo carece de estrutura, fato que deixa o poder permeável à concorrência de interesses que podem ser distintos. Os governos totalitários funcionam como um “redemoinho”, pois necessitam manter todos desequilibrados para justificar/permitir uma ideia de ordem e poder centralizado.

Adicionalmente, Arendt distingue o papel do terror exercido nas tiranias e no totalitarismo. Para ela, o terror é empregado nos dois sistemas políticos. As tiranias empregam o terror como um meio para suprimir dissensões, enquanto as ideologias totalitárias usam o terror de forma muito mais abrangente, para dominar

massas de pessoas obedientes ao Estado, independentemente de os indivíduos serem, na realidade, inimigos públicos do governo.

Não há finalidades claras do terror no âmbito do totalitarismo, pois o objetivo prático que seria pôr fim ao dissenso não é tomado como questão central. Para sustentar essa afirmação, Arendt diz que os campos de concentração apareceram para lidar com pessoas que, em última análise, deveriam ser aniquiladas pelo estado. Assim, o emprego da violência em um governo tirânico-totalitário pode fazer com que apareça um “cemitério de paz”, pois discordar é imediatamente expor-se ao uso da força.

Ademais, almejar o fim do dissenso faz com que as pessoas pratiquem todo tipo de ações violentas sem que se sintam responsáveis por elas, uma vez que são ordenadas em relação à lógica do regime. A moral individual no tomar decisões pode falhar sob tais tipos de condições.

Dessa forma, os governos totalitários são piores que os governos tirânicos que buscam solapar os seus críticos ativos e os opositoristas de todos os matizes mediante a violência, porque o totalitarismo almeja suprimir todos os meios a partir dos quais pensar, questionar e desafiar representam ameaças ao Estado.

O que prepara os homens para o domínio totalitário no mundo não-totalitário é o fato de que a solidão, que já foi uma experiência fronteiriça, sofrida geralmente em certas condições sociais marginais como a velhice, passou a ser, em nosso século, a experiência diária de massas cada vez maiores. (ARENDR, 1989, p. 530).

O totalitarismo produz uma espécie de isolamento e solidão dos cidadãos porque ele usa o terror para fazer com que as pessoas se tornem leais e, muitas vezes, transformando amigos em inimigos, provocando uma instabilidade onde ninguém confie em ninguém e, assim, as ideias são sufocadas. Essa atmosfera de instabilidade levou Arendt a acreditar que o segredo e a desconfiança mútua permeiam todas as relações sociais, até mesmo algumas das mais regulares relações familiares.

É para realização prática dessa dicotomia, e não por causa de segredos específicos, militares ou de outra natureza, que as cortinas de ferro separam do resto do mundo os habitantes do país totalitário (ARENDR, 1989, p. 487).

Para o movimento, a violência organizada é o mais eficaz dos muros protetores que cercam o seu mundo fictício, cuja ‘realidade’ é comprovada quando um membro receia mais abandonar o movimento do que as consequências da sua cumplicidade em atos ilegais, e se sente mais seguro como membro do que como oponente (ARENDDT, 1989, p. 422-423).

Uma das razões do totalitarismo tornar-se eficaz é o fato de se apoderar das comunidades. Sendo assim, o senso comum se distancia da realidade e faz com que as pessoas fiquem impossibilitadas de trocarem ideias livremente, dificultando o diálogo sobre os verdadeiros objetivos do movimento. A propaganda reforça a ideologia, mesmo que os membros não acreditem na propaganda. O importante é que a capacidade de distinguir a diferença entre verdade e falsidade seja abolida da sociedade.

A eficácia desse tipo de propaganda evidencia uma das principais características das massas modernas. Não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruentes em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte (ARENDDT, 1998, p. 401).

A perspectiva universalizada atribuída ao líder filtra a comunicação dos membros militantes do movimento, que agem como multiplicadores e como se fossem a única ponte para o mundo exterior, ao mesmo tempo em que ocorre a supressão da necessidade de visualizar os fatos mais próximos da realidade. Com isso, turvam-se as funções da polícia secreta que assume o papel de aprisionar qualquer um pelos motivos mais tolos. De modo que, em se ocultando o mundo exterior dos fatos, os membros vivem em um paraíso de tolos e de normalidades rodeados de simpatizantes (ARENDDT, 1998, p. 416-417).

O regime totalitário produz um mundo em si mesmo e as camadas política e administrativa do estado atuam como proteção à sua figura. Ao governante, fica garantido o *status* de “infalibilidade infundável”, onde qualquer fato pode ser negado, distorcido, ou destruído desde que seja para proteger a “verdade da ideologia”.

**Há um modelo para as “revoluções” arendtianas?**

Jonathan Schell, ao apresentar a edição brasileira do livro “Sobre a revolução” de Hannah Arendt, publicado em 2011 pela Companhia das Letras, nos diz que, para alguns autores, incluindo o próprio, essas “revoluções pacifistas” podem ser chamadas de “revoluções arendtianas”, como as suas antecessoras ficaram conhecidas como “revoluções marxistas”.

Segundo Jonathan Schell:

Os novos revolucionários, salvo raras exceções notáveis, não estudaram Arendt como os marxistas haviam estudado Marx, mesmo assim de certa maneira suas revoluções seguiram em larga medida caminhos que tinham sido inicialmente traçados pelo pensamento de Arendt (SCHELL, 2011, p. 11-12).

Arendt, ao longo de sua vida acadêmica, dedicou grande atenção aos acontecimentos do mundo atual em detrimento ao conhecimento da História e da filosofia dos povos. Para Jonathan Schell:

Seria tentador dizer que Arendt aplicava a filosofia aos acontecimentos; mas na realidade, o mais provável é que tenha sido ao contrário. Eram os acontecimentos que ativavam seu intelecto, e era a filosofia que tinha de se ajustar” (SCHELL, 2011, p. 12).

Arendt é considerada uma pensadora política dedutiva, que muitas vezes se aproxima do pensamento baconiano e, na maioria das vezes, dos escritos de Aristóteles. Porém, não existem correlações com sua forma de pensar e nem a maneira com que realizava suas investigações. Segundo Jonathan Schell,

Seu pensamento parece se cristalizar (a expressão é dela) em torno de eventos, como um recife de coral que se estende e se ramifica, um pensamento conduzindo a outro. O resultado é um corpo independente de reflexões coerentes, mas nunca ordenadas de maneira sistemática, que, embora pareça brotar do interior segundo leis e princípios próprios ao longo de toda a sua vida, ao mesmo tempo consegue iluminar incessantemente os assuntos contemporâneos (SCHELL, 2011, p. 13).

Schell reforça que, para Hannah Arendt, “a essência do totalitarismo, é a dominação total dos seres humanos pelo terror” (SCHELL, 2011, p.13).

O meio utilizado para atingir esse objetivo foi à criação dos campos de concentração, onde a “dignidade dos seres humanos, camada por camada, primeiro acumulando a “pessoa jurídica”, depois destruindo a “pessoa moral” (obrigando os

prisioneiros a fazer escolhas entre alternativas criminosas) e, finalmente, destroçando a “individualidade”, sede de espontaneidade, deixando no lugar de seres humanos reconhecíveis “marionetes medonhas com feições humanas” (ARENDT, 1989, p. 455).

Nesses regimes não existe significado e nem respeito para classes, comunidade e povo que são colocados de lado e o esquecimento é a palavra de ordem. Para Arendt:

a maneira pela qual o totalitarismo funciona é que ele coloca inigualável poder nas mãos de um único indivíduo ou governante que sacrifica os interesses imediatos para alguma realidade extrema e fictícia a ser concretizada em um futuro tanto mais distante (ARENDT, 1989, p. 412).

O objetivo do totalitarismo é que a lei ganhe proporções incomensuráveis. As “classes agonizantes” ou “raças decadentes” que tenham sido condenadas pela “história” e pela “natureza”, serão as primeiras a serem entregues à destruição já decretada por aqueles que conferiram à lei os “benefícios” de sua incomensurabilidade. A ideologia do extermínio de certo grupo de pessoas é devida aos governantes acreditarem que essas pessoas estão mais fragilizadas. Nos regimes totalitários o foco está no processo da história ou da natureza e não no fim porque o fim talvez nunca seja alcançado.

Arendt afirma:

o totalitarismo executa a Lei da História ou da Natureza sem a traduzir em modelos de certo e errado para o comportamento individual, ele aplica a lei indiretamente à humanidade sem se importar com o comportamento das pessoas. Quando se executa apropriadamente a Lei da Natureza ou a Lei da História, espera-se que seu produto final seja a humanidade, e esta expectativa jaz por trás da pretensão de uma regra global para todo o governo totalitário. A política totalitária tem a pretensão de transformar a espécie humana em portadora ativa inflável de uma lei a que, de outra sorte, os seres humanos sujeitar-se-iam somente de forma passiva e relutante (ARENDT, 1989, p. 462).

Arendt tentou revelar o triunfo do mal nos regimes totalitários ao afirmar que o mundo nunca usou de um instrumento tão perverso como a destruição assustadora dos direitos humanos. Além disso, assevera que a lei não tem força para julgar os crimes e atrocidades cometidos, pois alcançaram tamanha dimensão que

destruíram os sistemas jurídicos que julgariam seus criminosos. Ainda, para ela, nenhum recurso espiritual havia sobrevivido e nem mesmo o perdão será capaz de enfrentar o mal causado pelos crimes.

Na realidade, o mundo perdeu seu sentido frente aos regimes totalitários, após mostrar o lado obscuro do totalitarismo no campo político, no qual a ação é o ponto central.

a gramática da ação: a ação é a única faculdade humana que requer uma pluralidade de homens: a sintaxe do poder: o poder é único atributo humano que se aplica exclusivamente ao entremeio mundano onde os homens se relacionam entre si, unindo-se no ato de fundação em virtude de fazer e manter promessa, o que, na esfera da política, é provavelmente a faculdade humana suprema (ARENDDT, 2011, p. 237).

Dessa forma, ser livre é desempenhar ações positivas com os outros, sendo que essas ações se tornam o oposto da violência.

A autora afirma ainda que: quando os regimes políticos deixam de contar com o apoio popular seu poder se esvai e a violência se instala não tendo nenhuma salvaguarda, pois:

evidentemente, o poder pode ser destruído pela violência; é o que acontece nas tiranias, em que a violência de um destrói o poder de muitos e assim segundo Montesquieu, são destruídas por dentro: elas perecem porque geram impotência em vez de poder (ARENDDT, 2011, p.210).

Segundo o pensamento arendtiano, o principal instrumento dos regimes é o terror, que nada mais é do que uma “distorção” da revolução. É equivocado utilizar a revolução para amenizar “a questão social”, ou seja, a miséria dos pobres é a força que empurra a revolução para sua derrocada. Esse, talvez, tenha sido o seu posicionamento mais refutado com duras críticas de seus opositores.

É, todavia, em *Sobre a revolução* que Hannah Arendt nos descortina um novo pensamento político. E é o apresentador de uma das edições que o livro teve em língua portuguesa, Jonatham Schell, que afirma: quando Arendt escreveu *Sobre a revolução* e *A condição humana* “um novo evento teria ‘cristalizado’ as novas linhas de seu pensamento [...] creio que foi a Revolução Húngara contra o domínio soviético em outubro de 1956”.

O que desencadeou tal revolta repousa no discurso que Nikita Krushev proferiu no XX Congresso do Partido Comunista. Reações contra Krushev

começaram a repercutir mundo a fora, mas encontraram terreno fértil na Polônia com Lech Wałęsa, um operário do estaleiro de Varsóvia, que leva o país a uma greve geral motivada pelo aumento dos preços e por mudanças no regime político.

Na Hungria a situação não foi diferente. Uma insurreição de grandes proporções derrubou o poder e um novo poder foi implantado. Porém, a repressão dos soviéticos foi imediata e intensa.

Segundo Jonatham Schell:

quando Arendt recebeu notícias sobre a Hungria escreveu ao marido Heinrich Blücher, comentando sua 'alegria': 'até que enfim, até que enfim eles tinham de mostrar como as coisas realmente são!' as coisas eram como ela tinha dito em *Origens do totalitarismo*, mas agora está nos sendo revelado pelo que participavam da primeira grande revolta interna contra o totalitarismo. (não havia ocorrido nenhuma revolução comparável contra o regime nazista, que foi esmagado pelo exército dos Aliados.). o mais importante: os húngaros tinham resistido. (SCHELL, 2011, p. 19).

Em seu artigo publicado pelo “*The Meridian*”, o boletim do *Meridian Books*— editora do livro, Arendt assim se expressa em transcrição feita por Schell:

há neste capítulo uma certa esperança - cercada, evidentemente, de muitas ressalvas – que é difícil com a hipótese [do conjunto de *Origens do Totalitarismo*] de que a única expressão clara dos problemas da época até esta data tem sido o horror do totalitarismo [...] [A Revolução Húngara] mais uma vez trouxe uma forma de governo que, a bem dizer, nunca foi realmente experimentada, mas que dificilmente pode ser considerada nova [...] Estou falando do sistema de conselhos [...] Eu não tinha nenhuma esperança de que ele ressurgisse [...] A revolução Húngara me ensinou uma lição (SCHELL, 2011, p. 20).

O pensamento arendtiano é atual e pode ser aplicado aos regimes totalitários de nossa era: a era Pós-Soviética. Segundo Jonatham Schell, Arendt nos ensina que precisamos enxergar: “o problema do totalitarismo como um mal que em primeiro lugar brotou da civilização liberal, estaremos alerta a novos males que podem surgir dos problemas subjacentes do liberalismo, ainda irresolvidos”. Dessas dimensões não resolvidas Hannah Arendt destacou “a organização dos povos” por meio do “estado nacional”, o “racismo”, o “conceito de humanidade” e formas de atuação do “imperialismo” que amesquinham o humano em face de uma espécie de “encolher incessante do mundo” (SCHELL, 2011, p. 20).

Parece que Arendt avistou na Revolução Húngara uma nova possibilidade das pessoas se rebelarem contra o terror totalitário, alertando que: “toda a política, teoria e previsão que se referiam ao totalitarismo precisavam ser reexaminadas, e o que em 1956 escreveu sobre a Revolução Húngara não seria prudente esquecê-lo”. Se eles prometem alguma coisa é muito mais uma queda súbita e dramática de todo o regime do que uma normalização gradual. “Esse desenvolvimento catastrófico, conforme aprendemos com a Revolução Húngara, não precisa necessariamente acarretar o caos” (ARENDDT, 1989, p.510).

Sabemos a importância que a Revolução Húngara exerceu sobre o pensamento de Arendt, com ele surge uma nova periodização para as revoluções democráticas que ocorreram a partir da segunda metade do século XX.

Para a autora, o início desses novos tempos se dá a partir de 1956 e não nos meados dos anos 1970, quando uma junta militar grega foi derrubada, ou em 1974, com a queda da autocracia em Portugal, ou mesmo em 1975, com a Espanha se tornando democrática.

Revoluções subsequentes devem ser citadas: o movimento solidariedade na Polônia, em 1980; a derrocada da junta militar Argentina, em 1982; a redemocratização do Brasil, em 1985. No ano de 1986 o ditador filipino Ferdinando Marcos foi expulso do poder, não menos diferente foi a queda do ditador Chun Doo-Hwan da Coreia do Sul e o final da União Soviética e de todo o seu império nas décadas de 80 e 90.

Neste final de século assistimos ainda a troca do regime de *apartheid* da África do Sul, a Revolução Rosa na Geórgia e, por fim, a Revolução Alaranjada na Ucrânia. Pode-se dizer que estas revoluções apresentavam características arendtianas, pois o grande objetivo dessas revoluções era a busca da liberdade. Esses movimentos se caracterizaram pela não violência e por não espalharem o terror, uma concepção de Arendt sobre o poder e a sua interface com a violência.

Os movimentos libertadores dessas nações apresentavam um sentido arendtiano, identificando em suas bases as verdadeiras fontes do poder onde, uma ação de comum acordo entre seus membros, levava-os a sacrificar suas vidas por suas convicções.

Esses movimentos em sua grande maioria retiravam a legitimidade dos governos opressores, que acabavam por enveredar por um processo descrito por Arendt em *Sobre a revolução*:

Em última análise, toda a autoridade se assenta na opinião, e nada demonstra isso mais claramente do que o fato de uma recusa universal em obedecer pode dar início, de súbito e inesperadamente, a algo que então se converte numa revolução (ARENDDT, 2011, p.299).

Arendt não previu a alguns fatos como o papel de uma nova concepção do “social” em vários desses movimentos, em especial na África do Sul, na Polônia e na República Tcheca e na Eslováquia.

A autora fazia uma clara distinção entre o social e político, pois temia que a esfera pública não exercesse o direito de liberdade em favor de metas sociais, entre elas o trabalho de “governança”, tão utilizado na economia moderna.

Na Polônia, o Solidariedade, receoso da intervenção militar soviética, fez uma divisão de papéis em que esse movimento teria o controle da sociedade e o governo o controle do poder, O Solidariedade tornou-se um grande partido de conselheiros, seu interesse não era a política, mas o resto da sociedade, como educação honesta, proteção ao meio ambiente e forma de trabalho social.

Diferentemente do pensamento de Arendt, o Solidariedade não se interessava pela política, mas o governo polonês percebendo que havia perdido forças para se manter no poder, apoiou-se no Solidariedade para criar legitimidade. Esse movimento enfraqueceu a União Soviética, que viria a desaparecer nos próximos dez anos.

Outro fato que destoa do pensamento arendtiano é o que se caracteriza como “os movimentos populares”. Nesse caso, os resultados de eleições fraudadas como meta para galgar o poder não assumem automaticamente densidade para se aproximar daquilo que a autora nos legou. Um desses movimentos surgiu nas Filipinas, em 1986, quando Ferdinando Marcos convocou uma eleição e, após a vitória de sua adversária Corazón Aquino, poucos avanços aconteceram para além da contrapropaganda dos “novos” dirigentes, na qual o guarda-roupas de Imelda Marcos – esposa de Ferdinando – ficou conhecido mundialmente sem que medidas efetivas de empoderamento social fossem ali implantadas.

Fraudar eleições foi um exemplo que se proliferou mundo afora, nas Filipinas, Servia e na Ucrânia e, certamente, em muitos outros lugares.

A onda democrática imposta pelas revoluções do final do século passado se caracterizou por serem movimentos não violentos e, desta forma, o pensamento de Arendt esteve presente, pois os conselhos revolucionários seriam embriões de uma forma de governo inteiramente nova com participação ativa e constante dos humanos na política. Acrescentamos: humanos dos mais diversos matizes que, em suas diferenças, estejam cômicos dos efeitos deletérios das violências da humanidade e para com a humanidade.

Entretanto, seu pensamento não se concretizou inteiramente, pois partes dos conselhos foram colocados de lado e, em todas as partes que eles foram colocados de lado ou tomados por partidos políticos, esses conselhos, nascidos nos “movimentos populares”, desapareceram com o sistema de governo mais ou menos democráticos e representativos que eles traziam como bandeira.

Olhando ao nosso redor podemos levantar o seguinte questionamento: será que as noções de democracia pensadas por Arendt têm forças suficientes para persistir? O que nos levou até aqui é que “acabar com a tirania em nosso mundo é condição *sine qua non*, redemocratizar países é meta das grandes nações”. Não se pode esquecer que o mundo mudou com a queda da União Soviética, mas a onda de ação violenta ainda está instalada entre os homens ditos tributários da modernidade na atualidade, pois o Onze de Setembro aterrorizou o mundo, mas trouxe uma mudança de rota, acelerando o “humanitarismo” com objetivos de intervenções.

Neste contexto social nos resta uma pergunta: a democracia irá sobreviver ou a banalidade do mal permanecerá instalada, de modo inexorável, nos mais diversos níveis de nossa convivência?

### **Considerações finais**

Arendt nos ensina que é muito perigoso pensar por meio de metáforas, pois nessa maneira de pensar a ação coletiva violenta se põe como algo natural para a vida em sociedade e compromete a sobrevivência humana. Para ela, a violência é uma ação, meio ou instrumento que pode até romper com uma forma de dominação, mas se torna perigosa como meio para atingir determinados fins. O seu

mal é não pensar que as violências podem contaminar toda a sociedade e todo o sistema político. Desse modo “[...] a prática da violência, como toda a ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento” (ARENDDT, 2011, p.58).

Assim, entre os eventos históricos dramáticos que a humanidade testemunhou em situações de violência extremada como os casos descritos nesse artigo relacionados à Primavera Árabe, ou outros amplamente conhecidos como a ação dos nazistas na adoção da “solução final”, que desembocou nos campos de concentração, ou mesmo os genocídios praticados pelo Khmer Vermelho no Camboja, são exemplos que evidenciam sociedades que passaram a gerar efeitos de abstração sobre qual deveria ser o papel da esfera política na organização social.

Grande parcela dessas sociedades estava usando os meios de violência antes exclusivos das instituições de Estado, ou fizeram com que os meios de violência disponíveis passassem a cumprir outros fins.

Se nas instituições escolares, na vida de pessoas humanas, em especial quanto às mulheres, nossas relações cotidianas evidenciam desdobramentos cada vez mais intensamente violentos é preciso que tenhamos nossas mentes e nossa capacidade de agir extremamente atentas para não enveredarmos pelos caminhos tortuosos da banalização da violência.

Quando os humanos passam a desconsiderar os limites da organização social na condução da esfera política, tanto governos tendem a mesclar as suas ações em função dessas novas e destacadas demandas de grupos sociais guarnecidos pelas milícias privadas, quanto esses novos grupos sociais passam a influenciar aquilo que a sociedade pode pensar de si própria, inclusive levando-a cometer equívocos brutais.

A superfluidade do auto julgamento das pessoas diante de seus atos violentos leva à banalidade do mal, algo mais nefasto que o mal radical, mas que já está circunscrito nele.

O desconcertante aqui fica nas palavras de David Byrne<sup>3</sup> que fez comentários à entrevista contemporânea exibida no documentário *Eu fui secretária de Hitler*,

---

<sup>3</sup>David Byrne, cidadão norte-americano nascido na Escócia, compositor, músico, produtor musical e fundador da banda *Talking Head* em 1974 ([https://pt.wikipedia.org/wiki/David\\_Byrne](https://pt.wikipedia.org/wiki/David_Byrne)), é um artista que

ele viu profundamente os dilemas dessa mulher ao destacar-lhe as seguintes palavras: “Foi um grande sacrifício, eu tive de fazê-lo para a causa maior”. É para ele:

[...] um exemplo fantástico de como o ser humano é capaz de se enganar, iludir e fechar os olhos.  
Agora, é claro, ela entende bem o que se recusou a enxergar, ou admitir (BYRNE, 2010, p.89-90).

Como cidadãos, como profissionais e como seres humanos seremos capazes de compreender a urdidura que a escalada da maldade vem assumindo entre nós? Hannah Arendt tinha razão em muitas das dimensões que a violência assume e uma delas é inquestionável: ela, a violência, produz efeitos para os quais seus desdobramentos são imprevisíveis. Sabemos apenas que violência gera mais violência.

### Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, M.; RUA, M.G. **Violência nas escolas**: versão resumida. Brasília: UNESCO/Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED.

ARENDRT, H. **As Origens do Totalitarismo**: antissemitismo, instrumento de poder. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1975.

\_\_\_\_\_. **As Origens do Totalitarismo**: imperialismo, a expansão do poder. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.

\_\_\_\_\_. **As Origens do Totalitarismo**: totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1979.

\_\_\_\_\_. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. 9ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. **Crises da república**. 2. Ed. Trad. Volkmann José. Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_\_. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

---

gosta de andar de bicicleta pelas cidades do mundo como uma maneira de fazer críticas e adotar posturas renovadas.

\_\_\_\_\_. **Sobre a violência.** Trad. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. **Sobre a revolução.** Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BYRNE, D. **Diários de bicicleta.** Trad. Otávio Albuquerque, Ana Lim e Fabiana de Caralho, Barueri, SP.: Manole, 2010.

BYRNE, E. **Middle East & North Africa. Death of a street sellertah set off a uprising.** January, 16, 2011. Disponível em: <http://cachef.ft.com/cms/s/0/6ed028a2-21a2-11e0-9e3b-00144feab49a.html#axzz1BL8VQpYe> . Acesso em 22 de jan.2014.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L. V. C. & HEILBORN, M. L. (Orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher IV.** São Paulo: Zahar Editores, 1985.

FRY, K. A. **Compreender Hannah Arendt.** Trad. Paulo Ferreira Valério. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas:** um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAFER, C. Introdução. In: ARENDT, H. **Sobre a violência.** Trad. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 9-13.

MEMÓRIA GLOBO. **Primavera Árabe.** Disponível em [memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/primavera-arabe.htm](http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/primavera-arabe.htm). Acesso em 22 de jan. 2012.

O GLOBO. **A Primavera Árabe dividida entre avanços de liberdade e repressão: apesar de revoltas organização americana diz que autoritarismo conseguiu crescer em 2011.** Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/primavera-arabe-dividida-entre-avancos-de-liberdade-repressao-3712249> . Acesso em 22 de jan. 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTIAGO, E. **Primavera Árabe.** Info Escola Navegando e Aprendendo. Disponível em [www.infoescola.com/atualidades/primavera-arabe/](http://www.infoescola.com/atualidades/primavera-arabe/). Acesso em 22 de jan. 2014.

SCHELL, J. Apresentação. In: ARENDT, H. **Sobre a revolução**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SPÓSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan./jun. 2001.

VALLE, M. R. **A violência revolucionária em Hannah Arendt e Herbert Marcuse**: raízes e polarizações. São Paulo: Editora UNESP, 2005.